

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA-GERAL

CIBEC/INEP



B0007903

**DIRETRIZES GERAIS DOS
ENCONTROS REGIONAIS
SOBRE PLANEJAMENTO**

**III PLANO SETORIAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTOS**

014.542
99d

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Presidente da República Federativa do Brasil
João Figueiredo

Ministro da Educação e Cultura
Eduardo Portella

**DIRETRIZES GERAIS DOS
ENCONTROS REGIONAIS
SOBRE PLANEJAMENTO**

**III PLANO SETORIAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTOS**



Promoção dos Encontros Regionais

Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Cultura

Secretário-Geral

João Guilherme de Aragão

Subsecretário-Geral

Marcello Mareio de Medeiros Arcoverde

Secretário de Planejamento

Antenor Manoel Napolini

B823e Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria-Geral.
Encontros regionais sobre planejamento; III plano setorial de educação, cultura e desportos. Brasília, MEC/DDD, 1979.
1. Educação — planejamento. I. III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos. II. Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Documentação e Divulgação. III. Título.

CDU.37.014.5

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA-GERAL

**DIRETRIZES GERAIS DOS
ENCONTROS REGIONAIS
SOBRE PLANEJAMENTO**

**III PLANO SETORIAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTOS**

Órgãos Centrais do Ministério da Educação e Cultura

Inspetoria-Geral de Finanças

Marcos Vinícius Mendes Bastos

Secretaria de Apoio

Alysson Darowish Mitraud

Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus

Zilma Gomes Parente de Barros

Secretaria de Ensino Superior

Guilherme de La Penha

Secretaria de Educação Física e Desportos

Péricles de Souza Cavalcanti

Secretaria de Assuntos Culturais

Marcio Tavares D'Amaral

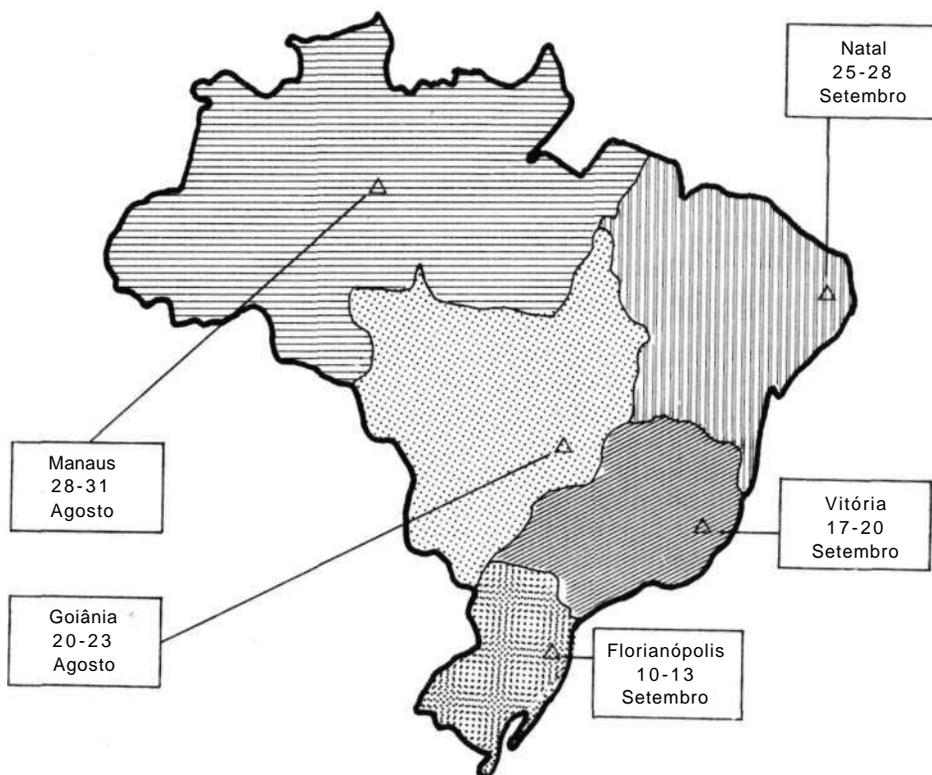
Departamento do Pessoal

Lídio Carlos da Silva

Departamento de Administração

Pojucam da Rocha Cortes

ENCONTROS REGIONAIS SOBRE PLANEJAMENTO
III PLANO SETORIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS



Região Centro-Oeste

Local do Encontro: Goiânia
Data: 20 a 23/8/79
Governador — Ary Ribeiro Valadão
Secretário de Educação e Cultura — Delson Leone

Região Norte

Local do Encontro: Manaus
Data: 28 a 31/8/79
Governador — José Lindoso
Secretário de Educação e Cultura — Aldo Gomes da Costa

Região Sul

Local do Encontro: Florianópolis
Data: 10 a 13/9/79
Governador — Jorge Konder Bornhausen
Secretário de Educação — Antero Nercolini
Secretário de Cultura, Esporte e Turismo - Júlio César

Região Sudeste

Local do Encontro: Vitória
Data: 17 a 20/9/79
Governador — Eurico Rezende
Secretário de Educação - Stélio Dias
Secretário de Cultura e Bem-Estar Social - Clóvis de Barros

Região Nordeste

Local do Encontro: Natal
Data: 25 a 28/9/79
Governador: Lavoisier Maia Sobrinho
Secretário de Educação e Cultura - Arnaldo Arsênio de Azevedo

I - INTRODUÇÃO

O processo de planejamento da educação, cultura e desportos, para o período 1980-85, teve como marco inicial significativo a realização do Seminário sobre Política e Planejamento da Educação e Cultura, com a participação dos Secretários de Educação e de Cultura das unidades federadas, em Brasília, no período de 2 a 4 de julho de 1979, quando foram identificados problemas e propostas diretrizes, em níveis nacional e regional, com o intuito de subsidiar a definição de uma política nacional para o setor.

Da convergência dos resultados desse seminário com a política social do Governo, elaborou-se o documento denominado "Síntese da Política Setorial", que foi encaminhado à SEPLAN/PR, com vistas a compor o III Plano Nacional de Desenvolvimento.

A próxima etapa desse processo compreenderá a elaboração do III Plano Setorial, de Educação, Cultura e Desportos. Este plano deverá apresentar, em sua estrutura, definições de política de abrangência nacional, bem como definições de políticas com enfoque regional.

Com a preocupação de assegurar a continuidade do processo de descentralização do planejamento, e tendo como objetivo imediato colher subsídios para a elaboração do III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos, o Ministério da Educação e Cultura, através da Secretaria-Geral, promove *encontros regionais* com a participação das secretarias e conselhos de educação, de cultura e de desportos, das universidades federais, das delegacias regionais, das superintendências regionais e de outros órgãos envolvidos em atividades afins.

II - TEMA DOS ENCONTROS

III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos - 1980-85

III - OBJETIVOS

Gerais

- Obter subsídios à elaboração do Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos para o período 1980-85.
- Dar continuidade ao processo de participação das Secretarias de Educação, de Cultura, de Desportos e de outros órgãos na definição de uma política regional de Educação, *Cultura* e Desportos.

Específicos

- Identificar as ações em desenvolvimento na região, em face das cinco linhas prioritárias definidas na política setorial.
- Identificar outras linhas prioritárias, a partir da problemática e das diretrizes regionais levantadas no Seminário sobre Política e Planejamento da Educação e Cultura.
- Propor estratégias de ação que atendam às linhas prioritárias definidas na política setorial, bem como àquelas que vierem a ser identificadas para a região.
- Identificar momentos e procedimentos para a articulação do planejamento do Ministério da Educação e Cultura com os das Secretarias de Educação e Cultura das unidades federadas, de acordo com a nova proposta de processo de programação.

IV - SISTEMÁTICA DE TRABALHO

T. Estudos Preparatórios

Como pré-requisito para o bom rendimento dos trabalhos durante os *encontros regionais*, foi solicitada pela Secretaria-Geral do MEC a realização de *estudos preparatórios* relativos ao tema proposto.

Neste sentido, foram encaminhados aos participantes os seguintes documentos:

- Relatório do Seminário sobre Política e Planejamento da Educação e Cultura
- Síntese da Política Setorial (Anexo 1)
- Roteiro para elaboração dos estudos preparatórios (Anexo 2)

Os referidos estudos envolveram na sua preparação técnicos de diferentes setores das instituições representadas nos *encontros regionais*.

2. Atividades durante o Encontro

A realização do *encontro* prevê atividades de *trabalho de grupo* e *sessões plenárias*.

— Trabalhos de Grupo

Os estudos preparatórios serão insumos ao desenvolvimento dos trabalhos de grupo que se desenvolverão em dois momentos.

No primeiro momento, os grupos de trabalho tomarão conhecimento e discutirão os resultados dos estudos preparatórios, elaborando, como conclusões, relatórios parciais.

No segundo momento, será organizado, por representantes dos grupos inicialmente constituídos, um grupo que discutirá os relatórios parciais, tendo em vista elaborar um relatório geral preliminar a ser submetido à discussão e aprovação em Plenário.

— Sessões Plenárias

Nas sessões plenárias, serão apresentados, discutidos e aprovados os *relatórios gerais preliminares* dos grupos. Serão, ainda, apresentados e discutidos outros temas, conforme os objetivos dos *encontros*.

V - COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO

A coordenação e orientação dos trabalhos durante o *encontro* estão a cargo de:

1. Coordenador-Geral: Antenor Manoel Napolini - Secretário de Planejamento da SEG/MEC
2. Comissão Consultiva constituída por:

— Representantes do MEC

Pedro Demo — Assessor Especial do Ministro da Educação e Cultura

Hamilton Martins Silveira - Subsecretário da Secretaria de Apoio

José Amaral Sobrinho — Subsecretário de Planejamento da Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus

Tarcísio Guido Delia Senta - Subsecretário de Planejamento da Secretaria de Ensino Superior

César Augusto Gonçalves — Coordenador de Planejamento, Avaliação e Controle da Secretaria de Educação Física e Desportos

Zélia Paiva Nunes — Assessora de Planejamento da Secretaria de Assuntos Culturais

Marco Antônio Cavalcanti da Rocha — Diretor Adjunto do Departamento de Assistência ao Educando

— Representantes por Região

- a) Região Centro-Oeste
Delson Leone — Secretário de Educação e Cultura de Goiás
 - b) Região Norte
Aldo Gomes da Costa — Secretário de Educação e Cultura do Amazonas
 - c) Região Sul
Antero Nercolini — Secretário de Educação de Santa Catarina
Júlio César — Secretário de Cultura, Esportes e Turismo de Santa Catarina
 - d) Região Sudeste
Stélio Dias — Secretário de Educação do Espírito Santo
Clovis de Barros — Secretário de Cultura e do Bem-Estar Social do Espírito Santo
 - e) Região Nordeste
Arnaldo Arsênio de Azevedo — Secretário de Educação e Cultura
3. Comissão Central de Coordenação, constituída por:
- Representantes do MEC

Lygia Souto de Azambuja — Assessora Técnica
Maria de Jesus CR. Pereira — Técnico de Planejamento
 - Representantes por Região
 - a) Região Centro-Oeste
Maria Domitília Umbelino Di Souza — Superintendente da Coordenação de Planejamento Setorial
Djalma Silva — Superintendente de Assuntos Educacionais
 - b) Região Norte
Maria Ísis Andrade Bonfim — Subcoordenadora do Ensino de 2º Grau
Lídia de Oliveira Neta — Coordenadora do Departamento Normativo
 - c) Região Sul
Zenilda Nunes Lins — Assessora da Unidade de Planejamento
João Carlos Pottker — Diretor da Unidade Operacional de Ensino
 - d) Região Sudeste
João Eurípedes Franklin Leal — Assessor de Planejamento
Marcos Venícius Brandão — Técnico em Planejamento
 - e) Região Nordeste
Alzira de Medeiros Leal — Coordenadora da Unidade Setorial de Planejamento
Maria Arisneide de Moraes — Assessora de Planejamento
4. Coordenador de Divulgação de Informações sobre o Encontro
José Carlos Fernandes — Assessor de Imprensa da Secretaria-Geral

5. Funções:

do Coordenador-Geral:

- presidir as sessões plenárias;
- coordenar a Comissão Consultiva;
- coordenar a Comissão Central;

da Comissão Consultiva:

- opinar sobre a programação do *encontro*;
- acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos, propondo reformulações, caso necessário;
- atender às solicitações referentes à sua área de competência;
- participar das sessões plenárias;

da Comissão Central:

- apoiar técnica e administrativamente o desenvolvimento dos *encontros*;
- facilitar a comunicação com a Comissão Consultiva;

do Coordenador de Divulgação de Informações:

- coordenar os serviços de Divulgação, com a participação de assessores de Imprensa da SEC local.

ANEXOS

ANEXO I

SÍNTESE DA POLÍTICA SETORIAL

I. CONCEPÇÃO FUNDAMENTAL

1. A Política Setorial da Educação, Cultura e Desportos é constituída de ações e instituições nas esferas pertinentes a essas áreas e faz parte da política social do Governo.

2. Embora a setorialização das políticas tenha sua razão de ser e seja uma necessidade decorrente da divisão administrativa das atribuições ministeriais, é importante acentuar que a problemática da educação, cultura e desporto jamais estará bem colocada apenas do ponto de vista setorial. A questão social é responsabilidade conjunta de todos os ministérios, ainda que os da área social estejam mais diretamente ligados a ela. Nesta perspectiva, o esforço educacional faz parte de um esforço geral, não somente dentro da área social, mas igualmente dentro da área econômica, porque não há solução satisfatória dos problemas, se não houver suficiente convergência entre as áreas sociais e as áreas econômicas. Pouco adianta preparar a mão-de-obra se a estrutura produtiva não estiver adequada às necessidades básicas da população majoritária e contiver suficiente tendência de criação de postos de trabalho acima dos níveis de estrita subsistência. Dentro do atual estilo de crescimento econômico, que tem, entre seus traços característicos, presença ainda reduzida do setor industrial na economia e propensão pouco absorvedora de mão-de-obra em sua parte mais dinâmica, o impacto da profissionalização pode ser maior em favor dos empregadores do que em favor dos empregados.

3. Questões relevantes da educação, muitas vezes, encontram tratamento mais eficaz fora do sistema, a saber, no problema da pobreza, entendida, aqui, em sua dimensão econômica e política. Por exemplo, o aproveitamento escolar depende tanto das condições da clientela em termos de renda, nutrição, saúde, higiene, saneamento, etc. quanto das qualidades pedagógicas do sistema de ensino-aprendizagem, particularmente na infância. Dada a dimensão da pobreza no País, a questão educacional é por ela profundamente condicionada. Em vista desta realidade, torna-se necessário o desenvolvimento de uma política social envolvendo um esforço integrado das áreas sociais e econômicas para a superação das desigualdades sociais.

4. O sistema de ensino apresenta forte tendência seletiva. Estamos, ainda, distantes da capacidade de universalizar o 1º grau, e, mais que isto, reconhecemos que tal meta não aconteceria dentro do sistema regular de ensino. Cerca de 25% da população escolarizável sequer entra no sistema, sem falarmos na proporção de analfabetos na população acima dos 15 anos de idade. Ao lado disto, continuam altas as taxas de evasão e repetência na primeira série do 1º grau. A própria pequena representatividade do 2º grau, nas pessoas acima de 15 anos, mostra a grande mortalidade da população estudantil dentro do sistema. A forte demanda pelo ensino supletivo se constitui na crítica acerba à educação regular, divorciada, em grande parte, das características da população pobre e fortemente propensa a excluí-la. O pré-escolar, reconhecido como de extrema importância para o aproveitamento escolar posterior, continua privilégio de famílias abastadas.

5. A educação, considerada na ótica da política social, se compromete a colaborar na redução das desigualdades sociais, voltando-se, preferencialmente, para a população de baixa renda. Procura ser parceira do esforço de redistribuição dos benefícios do crescimento econômico, bem como fomentadora da participação política, para que se obtenha uma sociedade entranhadamente democrática, na qual o acesso às oportunidades não seja apenas função da posse econômica ou da força de grupos dominantes. Educação é direito fundamental e basicamente mobilizadora, encontrando, especialmente, na sua dimensão cultural, o espaço adequado para a conquista da liberdade, da criatividade e da cidadania.

II. OS GRANDES DESAFIOS

Concebendo a problemática educacional como embutida no desenvolvimento sócio-político-econômico do País e como fundamentalmente comprometida em colaborar na redução das desigualdades sociais, concentrando maiores esforços no atendimento à população de baixa renda, conclui-se facilmente que a questão mais relevante não pode reduzir-se aos componentes pedagógicos e administrativos do sistema, mas se alastra principalmente na direção dos condicionantes estruturais do estilo de crescimento econômico e de ambiência política.

Nesta ótica, destacam-se como principais desafios:

- a redução das desigualdades sociais;
- o crescimento demográfico;
- a universalização da educação básica;
- a eficiência do sistema escolar;
- o desenvolvimento cultural;
- a flexibilidade regional e programática.

1 — A Redução das Desigualdades Sociais

O problema central localiza-se na tendência concentracionista do crescimento econômico, representada pela reconhecida dificuldade de redistribuição da renda e de superação da seletividade das políticas sociais. A estrutura produtiva está em grande parte divorciada das necessidades básicas da população majoritária e voltada para o consumo elitista que acentua nossos problemas de dependência externa e de desequilíbrios regionais. A inserção no mercado de trabalho é bastante deficiente para contingente expressivo da força de trabalho, em termos de subemprego, além de contarmos com um setor secundário da economia ainda muito pequeno relativamente, acompanhado de um setor primário extenso e fortemente declinante e de um setor terciário já muito inchado. Estes impactos negativos oriundos da esfera econômica afetam a ação educativa, em sua eficiência e eficácia. Por outro lado, sem falar na escassez dos recursos, comprometidos sempre primordialmente com questões do crescimento econômico, o esforço educacional aparece à deriva, de forma residual e assistencialista, como, de resto, toda a política social. Apesar dos avanços reconhecidos de planos

anteriores, chegando-se mesmo a reclamar para a política social condições de "objetivo próprio", à mesma altura e convergente com a política econômica, é forçoso reconhecer que as áreas sociais continuam residuais e compensatórias.

2 — O Crescimento Demográfico

À sombra deste desafio geral, emerge o problema resultante do excessivo crescimento demográfico, complicado através do processo migratório rural-urbano irreversível e acelerado. Conseqüentemente, em muitos casos a ação educativa nem sequer consegue manter o déficit crônico de escolarização. Mesmo reconhecendo a influência importante que a educação pode exercer na redução do ritmo de crescimento demográfico, ressalta-se que a melhor forma de o controlar é a satisfatória redistribuição da renda. Por outro lado, ainda que não seja possível propriamente fixar o homem ao campo, porque a urbanização é irreversível e em boa parte necessária para viabilizar a oferta concentrada de serviços e de infra-estrutura, poder-se-ia procurar reter o ritmo migratório pela oferta de melhores condições de vida no campo ou orientá-lo para núcleos urbanos menores, desde que exista real compromisso de descentralização industrial. Ao mesmo tempo, a penetração dos meios de comunicação e da ideologia do consumo potencializaram as aspirações de tal ordem, exigindo-se, cada vez mais, quantidade e qualidade de serviços na esfera da educação, da cultura e dos desportos.

3 — A Universalização da Educação Básica

Outro grande desafio coloca-se na universalização da educação básica — direito fundamental de todos — em face dos déficits de escolarização, acentuados nas áreas rurais e nas periferias urbanas. A educação básica está necessariamente envolvida com todas as outras variáveis importantes da política social, razão pela qual sua concepção será sempre interdisciplinar e intersetorial. A prevalência de condições insatisfatórias de saúde, nutrição, saneamento, habitação, emprego e renda limita o adequado desenvolvimento da pessoa e, conseqüentemente, da ação educativa.

4 — A Eficiência do Sistema Escolar

A eficiência do sistema escolar apresenta-se como próximo desafio. Além da reconhecida escassez de recursos, sua capacidade técnica e administrativa é deficiente. Disto se originam, dentre outros problemas, males burocráticos, superposição de programas e de instituições, pulverização de recursos, tendência a predominar o aparato técnico-administrativo sobre a oferta de serviços, inadequação de currículos e de programas, baixos níveis salariais e inexpressiva valorização do professor. Recai aqui, igualmente, o desafio da qualidade do ensino, reconhecido como grave em todos os níveis de atuação do sistema.

5 — O Desenvolvimento Cultural

O desenvolvimento cultural aparece como o outro grande desafio, caracterizada a sua problemática em parte pela desagregação provocada com a urbanização e a

migração intempestivas, num contexto de pobreza, e em parte pela propensão a concebê-lo de modo elitista e divergente das necessidades e características do povo. Assim, a integração cultural, a preservação e o fomento dos valores culturais de caráter popular aparecem como invectiva central, dentro de uma ótica que procura entender cultura também como ambiente próprio da educação permanente e do trato da democracia.

6 — A Flexibilidade Regional e Programática

Enfim, ressalta-se o desafio da flexibilidade regional e programática. A rigidez normativa desconhece a complexidade da realidade e consagra o vício da centralização político-administrativa. Por isto mesmo, atribui-se grande importância ao planejamento descentralizado e participativo e às modalidades informais de ensino, muitas vezes mais adaptadas à clientela e às particularidades locais, corrigindo homogeneizações normativas irreais.

III. LINHAS PRIORITÁRIAS DE AÇÃO

Descortinam-se cinco linhas prioritárias de ação, que, sem dificultar a propriedade das várias modalidades de intervenção na realidade, deveriam provocar suficiente convergência dos esforços em educação, cultura e desportos. De acordo com a fundamentação anterior, estas linhas de ação seriam caracterizadas pelo compromisso com a população de baixa renda, associando-se ao propósito de redistribuição de renda, pelo compromisso com a gestação e usufruto da cultura, na qualidade de espaço da criatividade e da participação do povo, e pelo compromisso com a obtenção de instrumentos satisfatórios para atingirmos tais objetivos. Dentre as cinco linhas de ação temos, portanto, três que dizem respeito ao problema de conteúdo programático da política setorial, e duas que se referem a instrumentalidades.

1. A primeira linha programática é a *educação no meio rural*, buscando atingir um dos focos importantes da pobreza no País. Considerando que na área rural temos as menores taxas de escolarização, os maiores índices de repetência e evasão e a maior dificuldade de adequação da educação às particularidades da clientela e do meio, encontramos aí um dos desafios decisivos. Levando ainda em conta a propensão à migração, em si inevitável, mas fortemente acelerada pelas condições de pobreza rural, coloca-se o problema muito complexo de transmitir à oferta de serviços educacionais conteúdo condizente com as necessidades sócio-econômicas locais.

Dadas as condições atuais da zona rural, particularmente em regiões sócio-economicamente mais desequilibradas, a universalização do 1º grau é meta ainda longínqua. De modo particular nesta situação, a educação regular tem-se mostrado nem sempre ser a via mais eficaz, por conter rigidezes normativas que violentam o ambiente próprio da vida rural. Impõe-se, portanto, repensar a política de educação para estas áreas, especialmente no que se refere aos seus planos curriculares, à descentralização dos programas e à ativa participação de suas clientelas no seu processo de implanta-

ção, visando aproveitar todos os recursos locais, adequando a oferta de serviços educativos às necessidades e possibilidades sócio-econômicas-culturais do meio rural. Disto, espera-se poder oferecer serviços educacionais mais convenientes à estratégia de sobrevivência das famílias pobres, fazendo igualmente eco à prioridade nacional concedida à agricultura.

É preciso reconhecer que este tipo de adequação pode incorrer numa simplificação demasiada da oferta educacional, o que equivaleria, pelo menos em parte, a diminuir as chances de acesso às oportunidades, se compararmos com aquelas pessoas que recebem a educação regular completa. A história, contudo, ensina que é preferível oferecer menos, mas de forma mais realista, do que pretender oferecer mais, mas de forma apenas legalista. Se não perdermos de vista que o esforço de adequação não deve acarretar uma subeducação, pode ter sua razão de ser, pelo menos conjuntamente.

2. A segunda linha programática, complementar à primeira, é a *educação nas periferias urbanas*, onde encontramos a outra porção maior da pobreza brasileira. Colocando-se o caráter redistributivo e mobilizador como dimensões essenciais da educação, o problema das periferias urbanas se concentra no caráter economicamente seletivo dos serviços educacionais. Assim é que, quem mais precisa maiores dificuldades tem de se inserir no processo e de nele sobreviver.

Por estas razões, tornam-se importantes a educação pré-escolar e a educação supletiva, cristalizando problemáticas fundamentais em torno do acesso ao 1º grau e ao 2º grau. O pré-escolar é relevante, tanto pelo seu impacto pedagógico quanto pela possibilidade que oferece de influenciar as condições de nutrição, de saúde, de higiene, etc. das crianças e das famílias. Na verdade, a assim dita educação pré-escolar deve ser entendida como aquela que se faz antes do ingresso no 1º grau, independentemente de limite de idade, incluindo-se mesmo a ação sobre as gestantes. Tendo em vista que nos primeiros anos de infância se decide em grande parte a potencialidade formativa da personalidade humana, o impacto sobre a criança a partir dos 7 anos de idade pode estar já totalmente comprometido com um passado de desnutrição e não mais recuperável. Acresce, ainda, o importante aspecto de que, estando o acesso ao pré-escolar concentrado nas famílias ricas, serve para acentuar ainda mais a distância para com o aproveitamento escolar de crianças pobres.

De outra parte, é necessário também adotar uma nova postura com relação à educação de adolescentes e adultos. O ensino supletivo deve, nesta dimensão, ser visto não tanto como uma chance renovada de *escolarização*, mas como um processo próprio de educação destes grupos, dotado de conteúdos e métodos que atendam eficazmente aos objetivos específicos de desenvolvimento cultural, de ampliação de experiências e vivências e de aquisição de novas e melhores capacidades destas clientelas, superando as inadequações do ensino regular que se lhes oferece. Por esta razão, o ensino supletivo deverá ser tendencialmente informal, ou seja, capaz de criatividade e flexibilidade, acordes, pois, com as características específicas de cada clientela, em cada meio. Impõe-se, portanto, que o esforço de educação voltado para as periferias urbanas seja fundamentalmente inovador, tanto na busca de colaboração com a redistribuição de renda quanto no seu aspecto participativo e mobilizador. É preciso valorizar mais as necessidades definidas, a partir da própria comunidade, e criar condições de avaliação crítica constante por parte dela, a fim de evitar a tendência seletiva do sistema de ensino.

3. A terceira linha programática valoriza o *desenvolvimento cultural*, inclusive como ambiente próprio da educação, na perspectiva da variedade criativa de sua expressão, possível sempre que haja liberdade de manifestação. Não se entende aqui cultura como aquela típica das elites intelectuais e econômicas, muito imitativa dos padrões externos e fortemente excludente das expressões populares. Pelo contrário, acentua-se a prioridade daquelas dimensões culturais ligadas à identificação nacional, através da qual o povo exera suas características como sociedade e como nação, tanto no plano material como no espiritual e tecnológico, e ligadas à criatividade da subsistência, onde a cultura é também instrumento de sobrevivência. Neste sentido, é importante que se promovam as manifestações culturais em todas as suas formas e que se abra o acesso mais amplo possível a elas, numa perspectiva de desenvolvimento integrado em que se complementem, sob a ótica da identidade nacional, as manifestações populares e eruditas da cultura brasileira. Ademais, é preciso acentuar que o desenvolvimento cultural oferece o condicionamento próprio da educação permanente e fomenta os valores participativos da sociedade, que, ao lado dos traços da identidade, cultivam as peculiaridades criativas locais.

4. Passando para o nível de instrumentos essenciais para a obtenção dos resultados esperados, o primeiro se configura como a questão do *planejamento e da modernização técnico-administrativa*. Sob este prisma, entende-se, em primeiro lugar, o esforço de planejamento descentralizado, na tentativa de recuperar a influência das bases na linha da criação e condução de programas, mas também na linha de controle e da avaliação feitos igualmente de baixo para cima. Uma vez que se reconhece a importância da educação informal, a necessidade do concurso da comunidade no fomento à educação básica e da eliminação do centralismo burocrático, torna-se meta prioritária o planejamento educacional participativo. Tal planejamento ganhará em efetividade e aprofundamento, se baseado em conclusões de estudos e pesquisas em que se acentuam o conhecimento e avaliação dos problemas prioritários do setor.

Em segundo lugar, ressaltam-se questões técnicas importantes, particularmente as da tecnologia aplicada à educação, à cultura e aos desportos, que pode trazer reais vantagens para a melhoria da qualidade dos serviços para o atingimento de clientela específica e para o possível privilegiamento de camadas mais carentes da população. Ao lado desta dimensão, emerge também, como relevante, a necessidade de um sistema adequado de informação e de produção de indicadores confiáveis, capazes de expressar não somente a ótica do administrador interessado na estrutura e no desempenho de programas e de instituições, mas, sobretudo, a ótica dos beneficiários, tratando-os, primordialmente, como sujeitos da política social, e não apenas como objeto.

Em terceiro lugar, buscam-se a superação de entraves burocráticos e a ultrapassagem da rigidez normativa e legalista, visando a aplicação maximizada e redistributiva dos recursos.

Em quarto lugar, a problemática dos recursos humanos requer tratamento específico tanto na dimensão organizacional quanto na dimensão das ações substantivas.

5. O segundo instrumento, visualizado como prioritário, é o sistema de *captação e alocação de recursos*. Embora o incremento nos montantes de recursos financeiros seja menos um objetivo do que uma condição para o desenvolvimento educacional, ressalta-se a importância de intervir deliberadamente em sua evolução. Tem sido constatado que nem todo aumento de dotações ou criação de novas fontes de arrecadação leva necessariamente à ampliação de oportunidades educativas para

todos; em muitos casos, isto tem acarretado acentuação dos desequilíbrios regionais e das desigualdades sociais em sua distribuição. Daí a necessidade de identificar os fatores que condicionam o surgimento destes efeitos, promovendo melhor alocação e distribuição dos recursos atualmente existentes e procurando explorar mais intensivamente fontes de recursos de caráter mais progressivo quanto à incidência fiscal sobre a renda.

Assumindo-se que a educação seja direito fundamental e que, por isto mesmo, não pode estar à mercê do poder aquisitivo da família, é dever do Estado oferecê-la a todos, em igualdade de condições e com padrão qualitativo defensável.

Dentro de uma visão descentralizada de condução da política setorial, a aplicação e a captação de recursos seriam feitas em certos casos através das bases que, normalmente, têm mais interesse nos resultados que a administração central. Esta meta poderia ser objeto de estudo acurado, de modo a se obter satisfatório subsídio entre as bases e os órgãos centrais.

IV. AÇÃO INTEGRADA EM EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS

A educação não deve estar limitada no tempo e não tem como único agente a instituição escolar. Ademais, as iniciativas setoriais não se resumem em suas linhas prioritárias. Embora estas devam realizar a convergência de todos os esforços, é preciso frisar igualmente o elo necessário entre as políticas que vêm sendo desenvolvidas e as novas propostas, acentuando o caráter tridimensional do setor educação, cultura e desporto, sem insinuar qualquer justaposição estanque.

1. Na esfera da *educação*, persegue-se o objetivo de ampliar as oportunidades educacionais e reduzir as disparidades regionais, dentro do princípio da educação permanente e do desenvolvimento sócio-político-econômico. É preciso efetivar um entrosamento maior entre todas as agências envolvidas no processo ensino-aprendizagem, contemplando os níveis municipal, estadual e federal, além das comunidades com suas particularidades regionais. Ao mesmo tempo, continua importante a meta de elevar a qualidade das ações educativas, não só introduzindo mudanças significativas nos conteúdos curriculares, mas também valorizando a função docente, com uma política correlata de atendimento às suas necessidades econômicas, sociais, culturais e políticas. Embora a profissionalização não seja a finalidade única da educação, é relevante conseguir adequada relação educação-trabalho, no sentido de uma aproximação crescente da estratégia de sobrevivência da população mais pobre. A pesquisa deve ser incrementada, sobretudo, na linha de direcioná-la para a solução dos desafios principais da educação no Brasil.

Estes objetivos precisam ser alcançados dentro de uma programação flexível e participativa, articulada com o planejamento nacional e com os diferentes níveis administrativos, e sustentada por avaliação e controle capazes de representar os interesses das bases. Ao mesmo tempo, busca-se orientar o sistema de financiamento, de modo a elevar sua eficiência, a acompanhar o ritmo de evolução das demandas, a

permitir maior equidade social na aplicação e distribuição dos recursos e a incluir em sua condução e controle o interesse dos grupos envolvidos.

A par da importância atribuída à educação fundamental, é mister acentuar a função relevante da educação superior, na qualidade de captadora e disseminadora de conhecimentos científicos e culturais, ressaltando-se igualmente seu papel estratégico na superação da dependência tecnológica. Deve-se estimular a universidade brasileira a descobrir e a desenvolver sua vocação regional, de forma a se comprometer com seu meio, bem como a assumir papel ativo na gestação de uma sociedade calcada em ideais democráticos e no surgimento de uma estrutura social menos desigual. Ao mesmo tempo, insiste-se na importância de outras atividades voltadas particularmente para o favorecimento dos grupos mais pobres, tais como: o provimento de alimentação a educandos do 1º grau e do pré-escolar, buscando conjugar esta atividade com a política agrícola de incentivo ao pequeno produtor; a promoção da saúde escolar, com utilização de técnicas de cobertura populacional em grande escala, equipamentos de baixo custo, tecnologia nacional e recursos comunitários; o fomento de material escolar adequado à população e à região beneficiárias; a ampliação do acesso da população carente às escolas; o incentivo à participação de universitários em programas sociais; o fortalecimento e a colaboração das delegacias regionais nas prioridades setoriais.

2. Na esfera da *cultura*, os objetivos primordiais são o conhecimento do homem brasileiro em todas as suas dimensões culturais básicas, bem como a promoção de todas as formas de sua criatividade. É preciso determinar as constantes nacionais e regionais da cultura brasileira, buscando preservá-las e fortalecê-las, generalizando o acesso a elas. Continua importante a proteção do patrimônio histórico, artístico e arqueológico, procurando-se também despertar a consciência nacional para a relevância do meio físico-urbano-cultural, sobretudo na linha da identificação dos traços peculiares do povo e das regiões. Para tanto, pretende-se adotar estratégia de ação descentralizada, de modo a criar oportunidades de promoção e de acesso à cultura, com a utilização de centros regionais, integrados à comunidade.

É preciso promover novos valores na literatura brasileira, nas artes plásticas e visuais, na produção teatral, cinematográfica e musical, bem como apoiar a pesquisa em todas as linhas de expressão cultural nacional.

É importante incrementar o conhecimento, a divulgação e a preservação das contribuições folclóricas à cultura nacional, estimulando a pesquisa e a divulgação da literatura oral, incluindo a de cordel, reconhecendo e preservando as atividades lúdicas e artesanais, a música e a linguagem popular, e as diversas contribuições étnicas à formação da cultura brasileira. Ao mesmo tempo, pretende-se reforçar aquelas expressões que se relacionam com o espaço vital e a qualidade de vida da população, ressaltando aquelas que também são meios de subsistência das populações mais pobres.

Ademais, é mister articular a atividade cultural com a atividade educacional, entendendo a cultura como educação permanente e como ambiente próprio da educação, na perspectiva da criatividade.

3. Na esfera do *desporto*, o objetivo reside na intensificação das atividades físicas de aperfeiçoamento corporal, e de lazer, com ênfase na população das zonas rurais e da periferia urbana. Busca-se promover o desenvolvimento da educação física escolar, visando incorporar, efetivamente, a prática da Educação Física e dos Desportos às atividades escolares, com ênfase no ensino de 1º grau. Pretende-se aperfeiçoar o desporto de alto nível, sobretudo nas modalidades olímpicas. Busca-se promover, igual-

mente, o atendimento da comunidade urbana, dentro da filosofia da atividade física do lazer, particularmente voltado à população sedentária, bem como estimular as competições desportivas populares, integrando-as a outros programas da área social.

A educação física e os desportos se apresentam, sob seus numerosos aspectos, como um fenômeno social de marcante universalidade, atingindo a pessoa, quer como participante, quer como espectador. Podem e devem contribuir, no futuro, de maneira mais decisiva do que no passado, para o desenvolvimento do homem e sua melhor integração social, apoiando o esforço geral de educação fundamental primordialmente orientado para as populações pobres.

ANEXO II

ROTEIRO PARA DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS PREPARATÓRIOS

A "Síntese da Política Setorial" será o documento básico para o desenvolvimento dos estudos relativos ao tema proposto para o *encontro*. Este documento expressa as definições da política setorial, a nível nacional, para o III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos, que deverá conter também a definição de políticas a nível regional.

A elaboração destas políticas regionalizadas implica a participação das unidades federadas e órgãos regionais. Esse *encontro* concretiza um momento de participação quando se sugere sejam utilizados para desenvolvimento dos trabalhos, além do documento básico, os resultados por região constantes do Relatório do Seminário sobre Política e Planejamento da Educação e Cultura.

A partir desses documentos e com base na experiência e na realidade de sua unidade federada, sugere-se que os estudos preparatórios sejam realizados de acordo com o seguinte roteiro:

- a. Tendo em vista as cinco linhas prioritárias de ação, definidas na "Síntese da Política Setorial": (1) Educação no Meio Rural, (2) Educação nas Periferias Urbanas, (3) Desenvolvimento Cultural, (4) Planejamento e Modernização Técnico-Administrativa e (5) Captação e Alocação de Recursos, identifique e descreva, dentre as ações que vêm sendo desenvolvidas na Unidade Federada, aquelas mais significativas em termos de resultados de perspectivas e/ou metodologias adotadas.
- b. Face à problemática e às diretrizes regionais apresentadas no relatório do "Seminário sobre Política e Planejamento da Educação e Cultura", e dos objetivos do sistema de ensino e peculiaridades da Unidade Federada, proponha e justifique outras linhas prioritárias de ação para o desenvolvimento do setor na Unidade Federada e na região.
- c. Proponha estratégias de ação que atendam às linhas prioritárias definidas na política setorial, bem como aquelas que vierem a ser identificadas para a região.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)